

Marcílio leva acordo da dívida ^{SKT} ao Senado

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, levou ontem ao presidente do Senado, Mauro Benevides, a minuta do acordo a ser assinado entre o governo e os bancos privados internacionais para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa, um valor entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões, segundo o ministro. Em conversa descontraída, depois de esperar dez minutos por Benevides, Marcílio satisfaz a curiosidade inicial dos senadores à sua volta. Um deles, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), perguntou sobre as conversões da dívida em investimentos, atualmente suspensa, porque está interessado em atrair capitais estrangeiros para o Nordeste. Cauteloso, Marcílio disse que as conversões têm a desvantagem de pressionar a emissão de moeda no mercado interno. "O México, por exemplo, tem resistido a essa alternativa", lembrou.

Ontem mesmo, a mensagem do governo pedindo a aprovação do Senado para a assinatura do acordo foi lida no plenário do Senado e hoje o contrato acertado com os credores deve começar a ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos. A autorização dos senadores é imprescindível, pois está prevista na resolução 82, votada pelo Senado no final do ano passado, na qual foram fixados os princípios para a renegociação da dívida externa. O presidente da Comissão, senador Raimundo Lira (PFL-PB), acredita que a aprovação virá sem problemas. "Há um clima positivo de entendimento sobre a importância do acordo com os bancos. É fundamental que o país volte ao mercado financeiro internacional, retome o diálogo com o FMI e o Clube de Paris". Ele acredita que no mês que vem os termos do contrato proposto pelo governo estarão aprovados. À tarde, Lira recebeu um telefonema do embaixador Jório Dauter, negociador oficial da dívida, colocando-se à disposição para todos os esclarecimentos.

A exposição de motivos entregue ao

Senado informa que o Brasil pretende obter "o mais rápido possível" um acordo *stand by* com o FMI (Fundo Monetário Internacional), para a obtenção de um empréstimo, calculado em cerca de US\$ 2 bilhões no ano passado. Também informa que será mantido o pagamento de 30% dos juros a vencer devidos pelo setor público. Esses pagamentos foram iniciados em janeiro último e o governo irá mantê-los até que seja concluída a negociação do estoque de US\$ 52 bilhões de dívida acumulada.

Pechincha — O contrato prevê que o governo brasileiro não vai pagar as despesas de hospedagem e viagens para os membros do Comitê Assessor de bancos para a negociação da dívida, embora concorde em pagar outros tipos de gastos "devidamente comprovados", como despesas com advogados, por exemplo. Aqui, o acordo revela uma pechincha: o pagamento dessas despesas somente será feito 45 dias depois de apresentadas as faturas pelo Comitê. A cópia das cartas trocadas entre os negociadores brasileiros e o Comitê mostra a discordância dos credores em relação a essa condição. Mas o governo brasileiro tem que respeitar essa regra, porque assim determina a resolução 82 do Senado.

Se depender do PT, no entanto, a aprovação do acordo vai enfrentar resistências. "Não vai ser fácil para o governo aprovar esse acordo", avisou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Suplicy quer a presença de Marcílio no Senado, o mais breve possível, para dar explicações sobre o contrato. Ontem, Suplicy apresentou dois requerimentos contendo mais de uma dúzia de perguntas sobre alguns aspectos que chamaram sua atenção. Ele quer saber, por exemplo, se o critério de só fazer desembolsos de acordo com a capacidade de pagamento do governo, que tanto entusiasmou os negociadores brasileiros nas primeiras conversas com os credores, foi relegada a segundo plano, e que consequências isso terá para o país.